



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RJ

ESTUDO PRELIMINAR Nº 26087803-GTED/SR/PF/RJ  
(EM CONFORMIDADE COM O ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 -  
SEGES/MPDG, DE 26 DE MAIO DE 2017)

Processo nº 08455.022981/2022-23

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no Art. 20 da IN 05/2017-MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, a fim de viabilizar a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO CANIL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CANIL/DRE/DRCOR/SR/PF/RJ.

## 2. NORMATIVOS DISCIPLINADORES

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 2003: regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966: regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências.
- Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977: institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), de uma mútua de assistência profissional e dá outras providências.
- Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962: Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001: dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. Dispõe sobre correção monetária ou reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.
- Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001: Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MP - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema

de serviços gerais (Sisg) e dá outras providências.

- Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Portaria nº 2.296 do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de 23 de julho de 1997: estabelece as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg), com exigências mínimas de aceitabilidade.
- Decisão normativa nº 064 do Confea, de 30 de abril de 1999: dispõe sobre o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pertinente aos trabalhos que abrangem as jurisdições de diversos CREAs.
- Decisão normativa nº 069 do Confea, de 23 de março de 2001: dispõe sobre a aplicação de penalidades aos profissionais por imperícia, imprudência e negligência e dá outras providências.
- Resolução nº 425 do Confea, dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e dá outras providências.

### 3. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. O Canil da DRE/DRCOR/SR/PF/RJ foi estabelecido, há aproximadamente 15 anos, em área antes ocupada pelo canil da Receita Federal do Brasil, tendo sido aproveitada toda a estrutura existente no local, sem qualquer adaptação as demandas e necessidades da Polícia Federal.

3.2. As atuais instalações necessitam de modernizações em sua infraestrutura com a finalidade primordial de melhorar a eficiência de trabalho de todos os seus usuários e o cuidado com os cachorros (06 animais).

3.3. A área de permanência dos cachorros, em especial os boxes, carecem de reforma para um maior conforto dos animais.

3.4. Com relação ao cercamento, o mesmo encontra-se precário trazendo risco a proteção e salva guarda de toda a área. É necessário sua substituição com instalação de concertina em espiral, instalação de novo portão de acesso aos veículos (projetado em folha única ou duas folhas, para melhor deslocamento e manobra das viaturas, e com controle eletrônico de acionamento) e instalação de porta de entrada frontal ou lateral (possibilidade de acesso a área sem necessidade de utilização do portão de acesso a veículos).

3.5. Além de todo o exposto, a edificação que antes abrigava os boxes de permanência dos animais (desativada) e áreas de depósitos, será remodelada de forma a conter área para cofre, escritório, depósito, copa e sanitários, respeitando-se as normas regulamentadoras do trabalho (NR's) e as normas de acessibilidade para edificações públicas.

### 4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

4.1. A demanda está alinhada com Portaria nº 4.453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, enquadrando-se como contratação que objetiva atender à fator crítico de sucesso da organização, assim definido.

#### *"6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO*

*(...)*

##### *6.10. Infraestrutura adequada*

*Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos."*

#### *"9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS*

(...)

#### 9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

*Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.*

#### 9.7.2. Ação Estratégica: Gestão de Contratos

*Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações."*

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Natureza da Contratação:

5.1.1. O art. 6º, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e Serviços de Engenharia - Advocacia-Geral da União, assim explicita:

*"O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):*

*a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;*

*b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;*

*Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR n. 02/2009).*

*Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.*

*A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada."*

5.1.2. Assim, compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, sendo certo que as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/93 deverão ser utilizadas sempre que o mesmo for passível de enquadramento como obra ou serviço não comum de engenharia.

5.1.3. Segundo Marçal Justen Filho:

*"bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).*

5.1.4. No entendimento do TCU:

*“a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806/2014 – 1ª Câmara).*

5.1.5. Portanto, o foco da definição de serviço comum são as “características padronizadas”.

5.1.6. Tanto que o Decreto nº 10.024/2019, ao definir o que seriam serviços especiais (não comuns) de engenharia, traz o conceito de “alta heterogeneidade”, aliado à alta complexidade técnica:

*“II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*

*III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;”*

5.1.7. O objeto a ser contratado constitui em **serviço comum de engenharia**, de acordo com as diretrizes acima e por se tratar de serviço bem definido, com especificações usuais de mercado e ser de simples execução, com viabilidade de licitação na modalidade Pregão.

## 5.2. **Duração Inicial do Contrato:**

5.2.1. O contrato deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

## 5.3. **Sustentabilidade:**

5.3.1. A contratação de obras e serviços de engenharia deverá observar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade (artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93).

5.3.2. A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia configura-se em relação aos aspectos técnicos conforme e em observância da legislação e normas brasileiras.

5.3.3. Assim, a execução do serviço de engenharia, além de observar as características e condições do local de execução e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.;
- acessibilidade; e
- gerenciamento de resíduos sólidos.

## 5.3.4. **CrITÉRIOS de Seleção do Fornecedor:**

5.3.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.3.6. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

5.3.7. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.3.7.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico;

5.3.7.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

- Execução de pelo menos 110,00 m<sup>2</sup> de revestimento cerâmico de paredes: quantitativo mínimo equivalente ao percentual de 50% do quantitativo licitado;
- Execução de pelo menos 45,00 m<sup>2</sup> de piso intertravado: quantitativo mínimo equivalente ao percentual de 50% dos quantitativo licitado.

5.3.7.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- Número da ART/RRT da obra;
- Informação de contato da pessoa jurídica que concedeu o atestado.

5.3.7.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

5.3.7.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

- Para o Engenheiro Civil / Arquiteto: serviços de execução de revestimento cerâmico de paredes e de piso intertravado.

## 6. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. As quantidades foram apuradas com base em projetos existentes e na proposta de layout SEI nº [26157786](#) elaborada pela equipe do Grupo Técnico em Edificações - GTED/SR/PF/RJ.

6.2. Maiores detalhes poderão ser verificados no Termo de Referência / Projeto Básico e seus anexos.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.0.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de executar reforma das instalações do Canil da DRE/DRCOR/SR/PF/RJ, compreendendo serviços de execução de alvenaria e revestimentos, remoção/instalação de esquadrias, execução de laje, substituição do gradil de cercamento da perimetral com instalação de concertina, entre outros, todos com especificações usuais de mercado e de simples execução.

7.0.2. Levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como as práticas de mercado, a solução que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição é o **Pregão Eletrônico**.

7.1. Opta-se pelo **regime de execução por preço unitário**, tendo em vista tratar-se de reforma em edificação existente e operacional, onde pode haver significativa imprecisão de quantitativos.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A estimativa de preços nos estudos preliminares tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação, podendo ser necessário refinar a estimativa elaborada nesta etapa.

8.2. Para estimativa de preços, foi elaborada planilha orçamentária, utilizando-se, sempre que possível, os preços dos serviços e insumos do sistema SINAPI; e, na falta desses, elaborado composições obtendo a média de preços através de pesquisas de mercado.

8.3. **O valor global estimado é de 370.000,00 reais (trezentos e setenta mil reais).**

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Contratação de empresa de engenharia visando à execução de reforma do Canil da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - CANIL/DRE/DRCOR/SR/PF/RJ. A reforma contemplará os seguintes itens:

9.1.1. Serviços de demolições e remoções (alvenaria, estrutura, cobertura em telha de fibrocimento, louças, esquadrias, gradil de fechamento da perimetral, entre outros);

9.1.2. Serviços de movimentação de terra para execução de alvenaria enterrada sob cercamento;

9.1.3. Serviços de concretagem de lajes;

9.1.4. Serviços de fornecimento e instalação de novo gradil e portões para cercamento do terreno;

9.1.5. Serviços de acabamento de paredes (revestimentos, pintura);

9.1.6. Serviços de acabamento de pisos (contrapiso, passeio em concreto, piso cimentado, revestimentos, pintura);

9.1.7. Serviços de acabamento de tetos (massa única, pintura);

9.1.8. Serviços de instalação de esquadrias (portas, janelas);

9.1.9. Serviços de instalação de cobertura em telha ondulada de fibrocimento;

9.1.10. Serviços de impermeabilização de cobertura;

9.1.11. Serviços de instalação de exaustão para o sanitário;

9.1.12. Serviços de instalações hidrossanitárias e pluvial;

9.1.13. Serviços de instalações elétricas e de telecomunicações;

9.1.14. Serviços de pavimentação.

9.2. As especificações técnicas e demais informações serão tratadas no Termo de Referência / Projeto Básico e seus anexos.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

10.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de

gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra, fica impraticável o parcelamento da contratação.

10.3. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderão ser objetos de subcontratação.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

11.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação são economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais (minimização de consumo de energia elétrica), propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas.

## **12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

12.1. Considerando o horário de atendimento ao público das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, a contratada deverá, obrigatoriamente, programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão e verificar junto ao fiscal da licitação, qualquer motivos impeditivos para a execução normal do serviço;

12.2. Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

12.2.1. Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;

12.2.2. Permitir que os funcionários da contratada utilizem o sanitário existente no local, caso opte-se pela não locação de barracão de obra para tal finalidade. Neste caso, a limpeza e materiais de consumo dos funcionários da contratada serão de inteira responsabilidade da mesma, não cabendo a contratante fornecer tais insumos. Os funcionários deverão zelar pela limpeza e conservação das unidades da PF utilizadas pelos mesmos sob pena de responsabilização e reparação de eventuais danos;

12.2.3. Remover veículos e equipamentos do local da demolição e no perímetro ao redor a uma distância ideal de 5m;

12.2.4. Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social).

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

## **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

14.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o

fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

14.3. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.**

15. **CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO**

15.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

15.2. As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

THAIS XAVIER DE OLIVEIRA  
Engenheira Civil - GTED/SR/PF/RJ  
Gerente de Projeto da EPC



Documento assinado eletronicamente por **Thais Xavier de Oliveira, Engenheiro(a) Civil**, em 13/12/2022, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=26087803&crc=FB5AB3E4](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=26087803&crc=FB5AB3E4).  
Código verificador: **26087803** e Código CRC: **FB5AB3E4**.

Referência: Processo nº 08455.022981/2022-23

SEI nº 26087803

Criado por [thais.txo](#), versão 23 por [thais.txo](#) em 13/12/2022 17:02:59.